

Perspectivas sociológicas e desafios teórico-metodológicos: um estudo das ocupações secundaristas no Chile e no Brasil

Gabriel Cavallari Cortilho, FE – UNICAMP
velhoriobaldo@gmail.com

Juan David Miranda Gonzalez, FE – UNICAMP
juanmg.1985@gmail.com

Situamos a investigação do nosso trabalho dentro da proposta da mesa 11, intitulada "Desafíos de la Investigación Educativa Latinoamericana a partir de un enfoque multidisciplinar", mais especificamente no eixo temático: "Desafíos teórico metodológicos para el estudio de 'modelos' contemporáneos de política social". Neste sentido, iremos propor alguns dos principais desafios que se colocam, no âmbito das Ciências Sociais e da Educação, àqueles que, assim como nós, pretendem realizar uma análise crítica do movimento secundarista na América Latina, tendo como ênfase as questões teórico-metodológicas que envolvem o estudo das ocupações estudantis que ocorreram no Chile (2006 – 2011) e, posteriormente, no Brasil (2015).

Com o objetivo de esboçar os caminhos possíveis para uma interpretação crítica que se distancie das paixões e das polarizações no campo do senso comum, entendemos que a compreensão deste complexo fenômeno social, a tática das ocupações, por ter ocorrido há pouco tempo, encontra-se, inevitavelmente, repleta de lacunas interpretativas a serem exploradas, exigindo dos pesquisadores um diálogo contínuo entre diversas disciplinas no campo das humanidades, dentre elas a Sociologia, a Ciência Política, a História da Educação, etc. Afinal, “a riqueza da pesquisa qualitativa não está na possibilidade de aplicar seus resultados a locais e sujeitos semelhantes [...], mas em sua propriedade de criar conhecimentos (afirmações) universais sobre os processos sociais gerais” (BOGDAN; BIKLEN, 1994; CHIZZOTTI, 1991; MARRADI et al., 2007; citado por KRAWCZYK, 2012).

Faz-se necessário, nesse sentido, considerar as especificidades locais, bem como o grau de avanço das políticas neoliberais no Chile e no Brasil; sem, contudo, perder de vista as dimensões sociais, culturais e políticas que existem em comum nestes dois países. A partir das décadas de 1980 e 1990, com o início da consolidação da razão neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016), as políticas educacionais passaram a ser pensadas a partir de uma lógica cada vez mais próxima dos interesses da iniciativa privada, tendo como elementos centrais a

preocupação com a competitividade, a meritocracia e o individualismo dentro das instituições de ensino. Neste contexto, marcado por diferentes concepções de Educação em disputa, cresce cada vez mais a influência dos interesses do empresariado no campo das políticas educacionais (KRAWCZYK, 2014).

Um dos reflexos globais deste processo é o fato de a Educação passar a ser classificada, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), como um "serviço", ou seja, uma relação mercantil, deixando de ser propriamente um direito constitucional assegurado às sociedades pelo Estado. Dentro deste quadro político, as escolas passaram a ser geridas a partir da lógica gerencial do "corte de gastos" das empresas. Como um fenômeno de resistência a este processo, os movimentos sociais contemporâneos dos estudantes secundaristas, com características próprias que os permitem diferenciar dos antigos movimentos sociais, passaram a desenvolver novas estratégias de enfrentamento a este modelo de gestão, sobretudo tendo como ferramenta de contestação o uso intenso das mídias digitais (PIOLLI; MESKO; PEREIRA, 2016), (SIERRALTA; GONZÁLEZ, 2015).

Recorremos a alguns três perspectivas da sociologia sobre os movimentos sociais (GOHN, 2004; CASTELLS, 1999; TARROW, 1994), para levantarmos algumas questões teórico-metodológicas importantes neste campo de estudo e investigação: a) quais as práticas sociais e as características fundamentais que nos permitem diferenciar os secundaristas em relação ao formato de atuação de outros movimentos sociais, historicamente mais consolidados?; b) quais as distinções que marcam os movimentos secundaristas no Chile e no Brasil?; c) a partir de quais teorias e categorias de análise podemos aproximar os elementos em comum de movimentos sociais distintos?; d) qual a contribuição destes movimentos para pensarmos a possibilidade de uma educação emancipadora?

Ao engendrar uma nova forma contemporânea de fazer política, de caráter autogestionário, horizontal e por fora dos canais institucionalizados dos partidos, as ocupações dos secundaristas chilenos e brasileiros, frente aos retrocessos institucionais e ao processo contínuo de precarização da educação pública, houve, com os secundaristas, um processo de "descolonização" do ensino (CORSINO; ZAN, 2017). Neste aspecto, há um questionamento importante: e) qual o potencial formativo e organizativo deste novo fenômeno social sem deixar de considerar as limitações e as fragilidades que marcam estes movimentos sociais? (CATINI; MELLO, 2016).

Após uma breve exposição de alguns dos principais desafios teórico-metodológicos que, inicialmente, se apresentam àqueles que desejam realizar um estudo sociológico desta

experiência coletiva, ressaltamos, por fim, que as ocupações estudantis da juventude constituem-se como fenômenos sociais relevantes para a reflexão educacional contemporânea, posto que elas nos permitem compreender uma nova forma contemporânea de fazer política que questiona o modo como são formuladas as políticas educacionais na América Latina. Neste sentido, a ocupação das escolas, ora para que elas não fossem fechadas, ora para que elas não fossem privatizadas, demonstrou-se historicamente como um dos mecanismos de ação coletiva encontrados pelos estudantes secundaristas que nos possibilitam pensar, com urgência, na necessidade de um modelo educacional público que seja de qualidade e socialmente transformador.

Referências Bibliográficas

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas*. In: *Investigação qualitativa em educação*. Portugal: Porto Editora, 1994.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. In: *Horiz. antropol.* vol.21 no.44 Porto Alegre July/Dec. 2015

CATINI, Carolina; MELLO, Gustavo. *Escolas de Luta, Educação Política*. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, n.º. 137, p.1177-1202, out.-dez., 2016

CORSINO, Luciano; ZAN, Dirce Djanira. *A ocupação como processo de descolonização da escola: notas sobre uma pesquisa etnográfica*. *ETD: Educação Temática Digital*, v. 19, p. 26-48, 2017.

GOHN, M. In: “Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos”. Edições Loyola São Paulo: 1997

LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

KRAWCZYK, N. *A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil*. *Jornal de Políticas Educacionais*. N.º 12. 2012

KRAWCZYK, N. “Ensino Médio: empresários dão as cartas na escola pública”. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 126, p. 21-41, jan.-mar. 2014 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

PIOLLI, E.; PEREIRA, L.; MESKO, A.S.R. *A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista*. *Crítica Educativa*, Sorocaba, v. 2, n. 1, p. 21-35, jan./jun. 2016.

TARROW, S. In: “El poder in movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política”. Alianza Universidad, 1994.

GONZALEZ, N.; SIERRALTA, R. ¿Marchas, ocupaciones o barricadas? explorando los determinantes de las tácticas de la protesta en Chile. In: Política y Gobierno. Volume XXIII, número 1. 2016.